

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.038, DE 2023

Disciplina a produção de provas nos processos dos crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora: Deputada MARIA ARRAES

I - RELATÓRIO

Busca o presente Projeto de Lei disciplinar a produção de prova nos processos dos crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

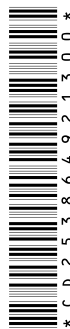
Justifica a autora a sua pretensão em face da necessidade de modificar a legislação processual penal para que efetivamente se proteja a dignidade de mulheres vítimas de crimes que envolvam violência sexual.

A aludida proposição foi distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), para análise e parecer, sob regime ordinário de tramitação, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o Projeto fora aprovado em 10/06/2025.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o Relatório.



II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 5.038, de 2023, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre ele e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, a proposição está em conformação ao direito, porquanto não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

Outrossim, a técnica legislativa empregada atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

No que diz respeito ao mérito do Projeto em análise, vislumbramos que ele se reveste da mais alta importância, pois promove a atualização e o aperfeiçoamento de nosso sistema processual penal.

A não revitimização da mulher vítima de violência sexual constitui um imperativo ético, jurídico e social. A violência sexual não se limita ao momento da agressão: seus efeitos se prolongam no corpo e na memória, produzindo traumas psíquicos que podem ser intensificados quando o Estado, ao invés de acolher, submete a vítima a novos constrangimentos.

O processo penal, quando estruturado de maneira insensível ou burocrática, pode transformar-se em palco de repetição da violência, na medida em que exige relatos reiterados, expõe a intimidade da vítima e questiona sua credibilidade com base em estereótipos.

Historicamente, mulheres que denunciam a violência sexual enfrentam um contexto de desconfiança e julgamento moral. Muitas



vezes, a palavra da vítima é relativizada, enquanto sua vida privada é posta em escrutínio: como se vestia, com quem se relacionava, se consumiu bebida alcoólica, onde estava e por que estava.

Esse tipo de abordagem, além de irrelevante para a apuração do crime, reforça preconceitos baseados na culpabilização da vítima, negando sua dignidade e humanidade.

Assim, a revitimização não ocorre apenas por meio da repetição do relato, mas também por meio do olhar acusatório que reproduz padrões discriminatórios naturalizados socialmente.

A Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como a Convenção de Belém do Pará, impõem ao Estado o dever de proteger a mulher contra toda forma de violência, inclusive aquela que possa resultar do próprio sistema de justiça.

A não revitimização é uma expressão concreta do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito ao acesso à justiça sem danos acrescidos.

Outrossim, o Projeto traz uma importante contribuição para a verificação do consentimento do ofendido.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, nos crimes de natureza sexual, o conceito de consentimento é elemento central para distinguir uma relação legítima de um ato de violência.

Entretanto, é fundamental compreender que o consentimento deve ser uma manifestação livre, consciente e inequívoca da vontade da vítima. Por isso, não pode ser presumido a partir do silêncio, da falta de resistência ou de gestos ambíguos, especialmente quando há fatores que limitam ou anulam a capacidade de decisão da pessoa ofendida.

Em primeiro lugar, o consentimento não pode ser inferido em contextos marcados pela força, ameaça ou coação. Situações dessa natureza criam um ambiente de medo e submissão, em que a vítima, mesmo sem reagir fisicamente, encontra-se psicologicamente impedida de expressar sua verdadeira vontade.

A ausência de resistência, portanto, não deve ser confundida com anuência, mas sim compreendida como possível consequência



do terror imposto pelo agressor. Presumir o contrário seria legitimar práticas abusivas e desconsiderar a complexidade das reações humanas diante da violência.

Portanto, o silêncio, a passividade ou gestos ambíguos jamais podem ser interpretados como sinais de consentimento. A legislação e a prática jurídica devem se pautar pela defesa da integridade e da liberdade sexual, entendendo que o verdadeiro consentimento só existe quando há clareza, liberdade e consciência. Qualquer interpretação que relativize esses critérios contribui para a perpetuação da violência sexual e para a revitimização daqueles que dela são vítimas.

Dessa forma, a proposição em debate é um instrumento valioso no combate à violência sexual, revelando-se extremamente oportuna e conveniente.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.038, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA ARRAES
Relatora

2025-20127

